

# Sumário

## Parte I:

“A pena, hoje, na crítica penológica” .....	1
---	---

### Capítulo 1:

A volta ao mundo penitenciária.....	3
1.1. A aula de Michel Foucault no Collège de France, em 8 de janeiro de 1975 .....	3
1.2. Um ícone penitenciário e alguns cálculos possíveis .....	5
1.3. O divisor-de-águas penitenciário no Mundo.....	8
1.4. O crescimento da população carcerária na última década .....	11
1.5. Déficits teóricos nas teorias explicativas em penologia.....	12
1.6. Inexplicáveis processos de reincarceramento .....	14
1.7. O ponto de vista dominante sobre a pena.....	21

### Capítulo 2:

Da pena que inclui à pena que exclui.....	27
2.1. Algumas premissas talvez pressupostas .....	27
2.2. Ainda “pena justa” contra “pena útil”? .....	31
2.3. Se a pena deve ser útil .....	33
2.4. A inafastável natureza da pena como fato social.....	39
2.5. Mentiras talvez piedosas.....	41
2.6. A justificação da pena na sociedade da exclusão .....	43
2.7. Ainda as funções materiais da pena.....	47
2.8. A pena no “outro” direito penal .....	49

### Capítulo 3:

O retorno a uma penologiafundamentalista.....	51
3.1. Nos extremos do mundo.....	51
3.2. A incerteza fisiológica das penas .....	53
3.3. Negociabilidade inefetividade das penas.....	56
3.4. Os limites ao “negócio penal” e as tentações da nova penologia .....	59
3.5. De uma penologia “de cima” a uma penologia “de baixo” .....	62

3.6. “Prison works” contanto que.....	64
3.7. Das “carreiras criminais” aos “criminosos de carreira” .....	68
3.8. “Pré-visão” da periculosidade ou “pós-visão” dos riscos?.....	70
3.9. “Economias do excesso” e castigos descomedidos .....	73
3.10. A pena e as emoções coletivas .....	76
<b>Capítulo 4:</b>	
Às margens da pena na crise da pena.....	79
4.1. As boas maneiras de se impor intencionalmente sofrimento a outrem.....	79
4.2. O controle social hoje, para além da cultura da pena? .....	81
4.3. O controle social já se libertou da necessidade de punir?.....	83
4.4. O restorative paradigm na produção de uma “nova” ordem social .	87
4.5. A mediação penal e a nostalgia da “velha” ordem penal.....	91
4.6. Um provável cenário futuro e uma esperança.....	93
<b>Capítulo 5:</b>	
A criminalidade punida no Brasil.....	95
5.1. Premissas para a interpretação das estatísticas penitenciárias no Brasil.....	96
5.2. Dimensões objetivas da pena de prisão .....	98
5.3. O aumento da severidade das condenações e outras variáveis .....	105
5.4. Regimes de cumprimento e a erosão processual da pena pela pri- são cautelar.....	110
5.5. Penas Alternativas e Juizados Especiais: processos aparentes de des- carceramento.....	114
5.6. Medidas de segurança.....	118
5.7. A seletividade do sistema penitenciário: dimensões subjetivas .....	119
5.7.1. Cárcere e questão de gênero .....	121
5.7.2. Idade.....	125
5.7.3. Etnia e cor da pele .....	129
5.7.4. Grau de instrução e estado ocupacional .....	130
“O “direito de punir” na modernidade” .....	137

## Parte II:

### Capítulo 6:

Sobre o escopo da pena .....	139
6.1. “Ser” e “dever ser” do castigo legal .....	139
6.2. As funções “reais” da pena .....	140
6.3. Os escopos ideológicos da “pena em abstrato” .....	141
6.4. A emergência histórica dos escopos utilitaristas na “pena em concreto” .....	143
6.5. Os escopos de prevenção da pena .....	146
6.5.1. A “prevenção geral negativa” .....	146
6.5.2. A “prevenção geral positiva” .....	147
6.5.3. A “prevenção especial positiva” .....	148
6.5.4. A “prevenção especial negativa” .....	149
6.6. Prevenção especial e a orientação teleológica do sistema penal e constitucional .....	150
6.7. A crise do escopo de prevenção especial e do modelo correccionalista de justiça penal .....	153
6.7.1. As novas tendências neoretributivas e de prevenção geral .....	154
6.7.2. Garantismo penal e certeza da pena .....	155
6.8. Pessimismo penológico .....	156
6.9. A penologia tecnocrática .....	158
6.10. A inefetividade das penas e a função “pedagógica” do direito penal .....	159
6.11. O grande desafio .....	162

### Capítulo 7:

Pena em abstrato e pena em concreto .....	165
7.1. A “pena em abstrato” como critério de individualização do ilícito penal .....	166
7.2. A centralidade histórica do sistema monista de penas .....	166
7.3. A desintegração do sistema de penas .....	168
7.3.1. O “doppio binario” ou sistema dualista cumulativo .....	168
7.3.2. A “fuga” da pena de prisão e as políticas de “descarcerização” .....	170
7.3.3. A ampliação da gama sancionatória .....	171
7.3.3.1. Alternativas por razões de justiça .....	171

7.3.3.2. Alternativas tendo a prevenção especial por escopo.....	172
7.3.3.3. Alternativas em razão de outras finalidades utilitaristas ..	174
7.4. A “pena antecipada” e a erosão “processual” da pena .....	175
7.5. Da “pena em abstrato” à “pena em concreto” .....	176
7.6. O poder discricionário do juiz e os critérios de aplicação da pena....	177
7.7. O poder discricionário do juiz para a “reprovação e prevenção”: a aplicação da pena constitucionalmente orientada .....	178
7.8. O novo reformismo sancionatório e as razões estruturais da pu- nição .....	180
<b>Capítulo 8:</b>	
As consequências jurídicas do crime.....	183
8.1. Penas .....	183
8.1.1. Penas Principais.....	185
8.1.2. Efeitos da Condenação .....	187
8.1.3. Reabilitação .....	189
8.2. Medidas de Segurança .....	191
8.2.1. Panorama .....	191
8.2.2 Pressupostos de aplicação.....	192
8.2.3. Modalidades e outros aspectos .....	194
8.3. Excurso: Sobre as políticas de “nova prevenção”.....	195
<b>Capítulo 9:</b>	
A execução das penas.....	201
9.1. A pena flexível .....	201
9.2. A diferenciação tratamental.....	204
9.3. O direito de execução penal como direito jurisprudencial.....	205
9.4. Execução das penas e necessidade de deflação do cárcere .....	208
9.5. Execução das penas e humanização dos castigos.....	210
9.6. Execução das penas e as propostas de vigilância eletrônica.....	212
<b>Parte III:</b>	
Execução Penal .....	215
<b>Capítulo 10:</b>	
Fundação e marcos legais .....	217



10.1 Colônia.....	217
10.2. Império .....	219
10.3. Do Império à República ou: a fundação do “penitenciário” no Brasil.....	223
10.4. Século XX: codificação e constitucionalização da execução penal ....	225
 <b>Capítulo 11:</b>	
Direitos dos Presos e Tratamento Penitenciário Ressocializante .....	229
11.1. Introdução: a relação jurídico-penitenciária e os direitos dos presos.....	230
11.1.1. Premissas .....	230
11.1.2. Direitos públicos subjetivos (?).....	231
11.2. O tratamento penitenciário e o escopo “educativo” .....	239
11.3. Assistência.....	246
11.4. O trabalho do preso .....	251
11.4.1. Premissas .....	251
11.4.2. Trabalho interno .....	252
11.4.3. Trabalho externo .....	254
11.4.4. A crise do trabalho carcerário .....	257
11.4.5. Do trabalho carcerário ao trabalho de utilidade pública, ou “prestação de serviços à comunidade” .....	260
 <b>Capítulo 12:</b>	
Percursos Alternativos à Prisão.....	265
12.1. O outro cárcere: as Penas Restritivas de Direito e o Juizado Especial Criminal.....	265
12.1.1. As Penas Restritivas de Direitos.....	266
12.1.2. O Juizado Especial Criminal.....	270
12.2. Benefícios Penitenciários.....	279
12.2.2. Suspensão condicional da pena (sursis).....	283
12.2.2.1. Natureza jurídica e finalidade .....	283
12.2.2.2. Requisitos para concessão .....	284
12.2.2.3. Aspecto sociológico .....	287
12.2.2.4. Condições legais e judiciais (distinção entre sursis simples e especial).....	287
12.2.2.5. Revogação .....	288
12.2.2.6. Efeitos da revogação: sobre a computabilidade do período transcorrido no “sursis” .....	290

12.2.2.7. A expiração do prazo sem revogação como critério de êxito positivo .....	291
12.2.3. Livramento condicional .....	291
12.2.3.1. Natureza e finalidade .....	291
12.2.3.2. Requisitos .....	293
12.2.3.3. Livramento condicional e reincidência específica em crimes hediondos .....	297
12.2.3.4. Condições: modalidades de execução do benefício .....	298
12.2.3.5. A unificação das penas e o requisito temporal (incidência do art. 75, § 1º, CP e a Súmula 715/STF): Faz-se remissão ao capítulo seguinte, no item que trata da mesma questão, em relação ao requisito temporal da progressão de regime .....	300
12.2.3.6. Revogação e Suspensão .....	300
12.2.3.7. Efeitos da revogação e a questão da contagem do tempo de cumprimento de pena .....	301
12.2.4. Prisão domiciliar .....	302
12.2.5. Autorizações de saída .....	303
12.2.6. Remição da pena .....	307
12.2.6.1. A perda dos dias remidos em decorrência de falta grave.....	308
12.2.6.2. A contagem do tempo remido e o requisito temporal de outros benefícios .....	310
<b>Capítulo 13:</b>	
13.1 Progressão e regressão de regime.....	312
13.1.1. Fixação do Regime Inicial de Cumprimento de Pena .....	312
13.1.2. Progressão de regime .....	315
13.1.2.1. A interrupção do lapso temporal pelo cometimento de falta grave .....	320
13.1.2.2. A unificação das penas e o requisito temporal (incidência do art. 75, § 1º, CP e a Súmula 715/STF) .....	321
13.1.2.2. A questão da falta de vagas em estabelecimento adequado e da superlotação .....	323
13.1.3. Regressão de regime .....	326
13.2. A diferenciação tratamental.....	328
13.2.1. Diferenciação por razões de “periculosidade criminal” .....	330

13.2.1.1. Medo do crime e as “emergências” .....	330
13.2.1.2. Tratamento diferenciado .....	335
13.2.2. Diferenciação por razões de “periculosidade penitenciária” .....	337
13.2.2.1. A disciplina das faltas e sanções disciplinares .....	337
13.2.2.2. O Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) .....	342
13.2.2.3. Sistema Penitenciário Federal.....	345

#### Capítulo 14:

Processo de Execução Penal .....	347
14.1. Conteúdo e natureza do processo de execução penal .....	347
14.2. Órgãos da Execução Penal .....	352
14.3. A competência do Juiz de Execução e o Juiz Natural .....	355
14.4. Incidentes de execução .....	356
(a) Conversões .....	356
(b) Incidentes de excesso ou desvio .....	356
(c) Anistia e Indulto;.....	356
14.5. Procedimento.....	363
14.6. O direito de defesa na execução.....	365
Referências Bibliográficas .....	371

